

Consultoria de Apoio
 AGROICONE
 Símbolos, Siglas e Abreviaturas
 ABC - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
 ABC+ - Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com Vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030)
 ARL - Áreas de Reserva Legal
 APP - Áreas de Preservação Permanente
 AUR - Áreas de Uso Restrito
 ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 BPA - Boas Práticas Agropecuárias
 C - Carbono
 CH₄ - Metano
 CIM - Comitê Interministerial sobre Mudança Climática
 CBHs - Comitês de Bacias Hidrográficas
 CO₂ - Dióxido de Carbono
 CO₂eq - Dióxido de Carbono equivalente
 COP - Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
 CQNUMC - Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
 EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
 FBN - Fixação Biológica do Nitrogênio
 FEBRAPDP - Federação Brasileira do Sistema Plantio Direto
 FP - Florestas Plantadas
 GEE - Gases de Efeito Estufa
 Gg CO₂eq - Gigagrama de Dióxido de Carbono equivalente
 GPP - Grupo de Políticas Públicas
 ha - hectare
 hab - habitantes
 ILF - Integração Lavoura-Floresta
 ILP - Integração Lavoura-Pecuária
 ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
 IDEFLOR-Bio - Instituto de Desenvolvimento florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
 IPCC - Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas
 IPF - Integração Pecuária-Floresta
 kgCO₂eq - Quilogramas de Dióxido de Carbono equivalente
 Km - Quilômetro
 LULUCF - Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas
 Mg - Megagrama (=tonelada)
 Mg CO₂eq - Megagrama de Dióxido de Carbono equivalente
 Mha - Milhões de hectares
 MRPA - Manejo de Resíduos da Produção Animal
 MRV - Monitoramento, Relato e Verificação
 N - Nitrogênio
 NDC - Contribuição Nacionalmente Determinada
 N₂O - Óxido Nitroso
 ONG - Organização Não Governamental
 PIB - Produto Interno Bruto
 PNA - Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima
 PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente / ONU - Organização das Nações Unidas
 PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
 RPD - Recuperação de Pastagens Degradadas
 SAF - Sistema Agroflorestal
 SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca
 SI - Sistemas de Integração
 SI - Sistemas Irrigados
 SFA-PA/MAPA - Superintendência Federal de Agricultura-Pará/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 SPD - Sistema Plantio Direto
 TI - Terminação Intensiva
 UA - Unidade Animal (450 kg peso vivo animal)
 UEPA - Universidade Estadual do Pará
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
 URT - Unidade de Referência Tecnológica
 VBP - Valor Bruto da Produção
 ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETIVOS
- 2.1. GERAL
- 2.2. ESPECÍFICOS
3. POLÍTICAS, PROGRAMAS E/OU PLANOS ESTADUAIS DE MITIGAÇÃO DE EMISSÕES E DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA
4. HISTÓRICO DO PLANO ESTADUAL ABC NO ESTADO DO PARÁ
- 4.1. PRIMEIRA FASE (2010 – 2020)
- 4.1.1. Análise dos Problemas
- 4.1.2. Análise de Alternativas
- 4.1.3. Matriz de Planejamento do Plano Abc Estado do Pará
- 4.1.4. Plano Operativo
- 4.1.5. Modelo de Gestão do Plano
- 4.1.6. Constituição do Grupo Gestor Estadual no Estado do Pará
- 4.1.7. Atividades realizadas pelo GGE
- 4.2. SEGUNDA FASE (2020 – 2030)
- 4.2.1. Revisão do Plano ABC

- 4.2.2. Fase preparatória
- 4.2.3. Fase de Elaboração
- 4.2.4. Fase de Consolidação
5. AGRICULTURA, PECUÁRIA E FLORESTAS PLANTADAS NO ESTADO DO PARÁ E O ABC+ (2020 – 2030)
- 5.1. PANORAMA DA AGROPECUÁRIA PARAENSE
- 5.2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA
- 5.3. PRODUÇÃO PECUÁRIA
- 5.4. PRODUÇÃO DE FLORESTAS PLANTADAS
6. ESTRATÉGIAS/PROGRAMAS, AÇÕES, ATIVIDADES E METAS DO ABC+ (2020 – 2030)
- 6.1. PRÁTICAS PARA RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS DEGRADADAS (PRPD)
- 6.2. SISTEMA DE PLANTIO DIRETO (SPD)
- 6.2.1. Sistema de Plantio Direto de Grãos (SPDG)
- 6.2.2. Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH)
- 6.3. SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO (SIN)
- 6.3.1. Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)
- 6.3.2. Sistemas Agroflorestais (SAF)
- 6.4. BIOINSUMOS (BI)
- 6.5. SISTEMAS IRRIGADOS (SI)
- 6.6. FLORESTAS PLANTADAS (FP)
- 6.7. MANEJO DE RESÍDUOS DA PRODUÇÃO ANIMAL (MRPA)
- 6.8. TERMINAÇÃO INTENSIVA (TI)
- 6.9. PRODUÇÃO ORGÂNICA
7. OPERACIONALIZAÇÃO, ESTRATÉGIA DE SENSIBILIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ABC+ NO ESTADO DO PARÁ
- 7.1. Estratégia de Implementação do Plano ABC+ Pará
- 7.2. Câmaras Técnicas
- 7.2.1. Transversal (Promoção da Equidade de Gênero e Diversidades)
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
9. EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL ABC+ NO ESTADO DO PARÁ
10. FONTES CONSULTADAS

1. INTRODUÇÃO

As estimativas dos modelos de crescimento da população mundial apontam, até o ano de 2050, para um número acima da faixa de 9,7 bilhões de habitantes (Nações Unidas, 2019). Esse prognóstico sinaliza não apenas acréscimo na demanda global por alimentos, como também um futuro no qual a plena garantia da segurança alimentar, em nível internacional, configure-se como questão política ainda mais desafiadora em comparação aos dias atuais. Da mesma forma, impactos ambientais, como a degradação do solo, a redução de oferta hídrica, o aumento da variação climática e de eventos climáticos extremos tendem a comprometer cada vez as condições habituais de tempo e clima, colocando o enfrentamento e a adaptação às mudanças climáticas nas agendas de governo, entre as perspectivas de desafios a serem enfrentados.

O Brasil é, historicamente, um país proativo e construtivo nos debates e iniciativas regionais globais sobre a questão associada a política climática e ambiental. Ao assinar como signatário a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), o país se comprometeu a reduzir, em seu território, o percentual de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) provenientes de atividades congregadas pelos múltiplos setores produtivos nele estabelecidos, além de implementar medidas de adaptação aos impactos (ambientais, econômicos e sociais) estimulados pelo advento das mudanças climáticas.

A CQNUMC dispunha como principal objetivo estabilizar as concentrações de GEE na atmosfera, em um nível capaz de controlar a arriscada interferência antrópica (provocada pelo homem) no sistema climático. O Protocolo de Quioto, aprovado no âmbito da CQNUMC, estabeleceu metas obrigatórias de redução das emissões de GEEs para países desenvolvidos, entre os anos de 2008 e 2012. Em 2009, no Acordo de Copenhague, Estados-membros pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU) definiram como a meta contínua e de longo prazo a adoção de ações institucionais que permitissem limitar o aumento da temperatura global em, no máximo, 2°C acima dos níveis pré-industriais, bem como a mobilização de recursos financeiros para auxiliar nações em desenvolvimento no combate aos desafios fomentados pelas mudanças climáticas (por meio de arrecadação e doação de valor relativo a US\$ 100 bilhões por ano para estas localidades até o ano de 2020).

Em dezembro de 2009 foi aprovada a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009), visando orientar e estimular o desenvolvimento sustentável de baixo carbono, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

Em 2010, o Brasil apresentou um conjunto de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas conhecidas, em âmbito internacional, como Nationally Appropriate Mitigation Actions (NAMAS). De caráter voluntário, as NAMAS concentravam-se na redução das emissões de GEE. O Governo Brasileiro assumiu o compromisso de reduzir de 36,1% a 38,9% das emissões de GEE, fomentando ações pautadas, por exemplo: no controle ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado; na adoção de práticas agropecuárias sustentáveis; e na expansão da produção e do uso de energia renováveis. Como parte das estratégias nacionais de enfrentamento às mudanças climáticas, em 2012 o Governo Federal elaborou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura; denominado Plano ABC. A política foi concebida em formato de plano setorial direcionado à agropecuária brasileira, reunindo tecnologias capazes de fomentar: a redução nas emissões de GEE provenientes de atividades congregadas pelo setor, a adaptação de sistemas agrícolas convencionais em sistemas sustentáveis e o cumprimento das metas climáticas definidas pelo Governo do Brasil.